ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA DO PORTO

--- ATA DA TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DE FUNCIONAMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA DO PORTO REALIZADA NO DIA VINTE E NOVE DE JUNHO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E DOIS. ----------

--- Aos vinte e nove dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e dois, pelas nove horas, reuniu a Assembleia Municipal de Vila do Porto, na Casa do Povo de Almagreira, Almagreira, com a seguinte ordem de trabalhos: ----------

1. Informação escrita da presidente da Câmara Municipal de Vila do Porto, acerca da atividade municipal, situação financeira e informação dos compromissos plurianuais assumidos ao abrigo da autorização prévia genérica aprovada pela Assembleia Municipal, na 4ª sessão ordinária de 28/12/2022, no âmbito da Lei dos Compromissos; ----------
2. Comissão do Ambiente e do Bem-estar Animal; ----------
3. Comissão da Economia, Transportes e Turismo; ----------
4. Aprovação da proposta para a nomeação do auditor externo do Município de Vila do Porto; ----------
5. Aprovação do Código de Conduta do Município de Vila do Porto; ----------

--- O presidente da mesa da assembleia deu inicio à sessão procedendo-se à chamada, pelo primeiro secretário da mesa, confirmando-se as presenças dos deputados/as municipais, João Manuel Andrade Fontes (PS), Carlos Henrique Lopes Rodrigues (PPD/PSD), José de Andrade Melo (PS), Aida Maria Melo Amaral (PPD/PSD), Rosa Filomena Cabral de Melo (PS), José Manuel da Rosa Rodrigues (PS), Carlos Afonso Simões Braga de Oliveira (PPD/PSD), Jaime Braga Bairos (PS), Jorge Luís da Costa Pessoa Pereira da Costa (PPD/PSD), Mafalda Bairos Pais (PS), Florbela Varandas Cunha (PPD/PSD) (em substituição da deputada Helena Maria Correia Teixeira Ferreira (PPD/PSD), que comunicou antecipadamente a sua ausência e cuja falta se encontra devidamente justificada), Filipe dos Santos Sousa Teves (PS), Armando de Melo Soares, (PPD/PSD), José Manuel Pereira Torres de Medeiros Chaves (PS), António Manuel Soares de Sousa (PPD/PSD) (em substituição de João Filipe Lourenço da Silva (PPD/PSD), que comunicou antecipadamente a sua ausência e cuja falta se encontra devidamente justificada),

Carmélia Moura Sousa Melo, (PPD/PSD), David Alexandre Rodrigues Reis (PS) (em substituição de Flávio José Freitas Resendes (PS), que comunicou antecipadamente a sua ausência e cuja falta se encontra devidamente justificada), Aldeberto Chaves (PS) (em substituição de António Isidro Braga Sousa (PS), que comunicou antecipadamente a sua ausência e cuja falta se encontra devidamente justificada), António Jorge Cabral Monteiro (PS) e Eduardo Manuel Pereira Cambraia, (PPD/PSD) e de Bárbara Chaves, Domingos Barbosa e Graça Morais, do elenco camarário. ----------

--- Confirmando-se a existência de quórum e em conformidade com o previsto na alínea c) do artigo 30º da Lei 75/2013 de 12 de setembro, o presidente da mesa declarou aberta a terceira sessão ordinária da assembleia municipal de Vila do Porto, do ano de dois mil e vinte e dois, publicitada por edital de vinte de junho do corrente ano. ----------

--- De seguida o presidente da mesa deu as boas-vindas aos deputados municipais António Sousa, David Reis e Aldeberto Chaves, em substituição dos deputados municipais João Silva, Flávio Resendes e António Isidro, respetivamente, como supramencionado. ----

--- Como no período de intervenção do público não se registaram inscrições passou-se de imediato ao período antes da ordem do dia, onde o presidente da mesa colocou à consideração a aprovação da ata da sessão anterior, apesar de ter sido aprovada a minuta da mesma na própria reunião, para produzir efeitos imediatos. Para o efeito foi aberto um período de inscrições para solicitar esclarecimentos ou apresentação de sugestões relativamente ao documento em apreço, mas como não se verificaram quaisquer inscrições a ata foi sujeita à aprovação sendo a mesma aprovada por maioria, com dezasseis votos a favor e quatro abstenções dos/as deputados/as Helena Ferreira, António Sousa, Aldeberto Chaves e David Reis. ----------

--- De seguida o presidente da assembleia deu conhecimento da correspondência recebida e expedida, salientado a receção de um ofício da presidente da autarquia de Vila do Porto a enviar toda a documentação de suporte aos assuntos da ordem do dia da sessão, a receção dos mails dos/as deputados/as Helena Ferreira e Eduardo Cambraia a sugerir correções ao texto da ata da sessão anterior e a receção das minutas das atas das reuniões do executivo camarário. Informou ainda os presentes que toda a documentação

está disponível para consulta junto à funcionária Anabela Sousa, na Câmara Municipal de Vila do Porto. ----------

--- Passando-se ao momento de propostas de recomendação ou resolução de assuntos de interesse para a autarquia, apresentação de moções, emissão de votos de louvor e congratulação, protesto ou pesar, o presidente da assembleia deu conhecimento que tinha chegado à mesa quatro votos de louvor e congratulação, dois apresentados pelo grupo municipal do Partido Socialista e dois apresentados pelo grupo municipal do Partido Social Democrata e um voto de protesto apresentada pelo grupo municipal do Partido Socialista. Antes de dar a palavra para a respetiva apresentação dos votos, o presidente da mesa esclareceu que estes iriam ser analisados e votados separadamente, privilegiando-se a alternância dos grupos municipais na apresentação dos mesmos. --------

--- De imediato foi dada a palavra ao deputado José de Melo para a apresentação do voto de congratulação ao Clube Desportivo "Os Marienses", pelos seus sucessos durante a última época desportiva. Após a referida apresentação foi aberto um período para esclarecimentos, mas como não se verificaram inscrições, foi o voto sujeito à votação, sendo o mesmo aprovado por unanimidade. ----------

--- Foi dada a palavra à deputada Florbela Cunha, para a apresentação do voto de congratulação, também dirigido ao Clube Desportivo "Os Marienses", pela conquista dos títulos de campeão regional, na modalidade de andebol masculino, nos escalões de sub catorze e de sub dezasseis. Após a referida apresentação foi aberto um período para esclarecimentos, mas como não se verificaram inscrições, foi o voto sujeito à votação, sendo o mesmo aprovado por unanimidade. ----------

--- Foi dada a palavra ao deputado Jaime Bairos, para a apresentação do voto de congratulação pelos cinquenta anos do Império de Cambridge, Ontário, Canadá. Após a referida apresentação foi aberto um período para esclarecimentos, mas como não se verificaram inscrições, foi o voto sujeito à votação, sendo o mesmo aprovado por unanimidade. ----------

--- De seguida foi dada a palavra ao deputado Carlos Oliveira, para a apresentação do voto de louvor e reconhecimento ao professor José Costa, docente de filosofia da Escola Básica e Secundária de Santa Maria, pela promoção, naquela instituição de ensino, da

atividade "Políticos por um dia" e do debate sobre a Lei da Paridade. Após a referida apresentação foi aberto um período para esclarecimentos, mas como não se verificaram inscrições, foi o voto sujeito à votação, sendo o mesmo aprovado por unanimidade. --------

--- De imediato foi dada a palavra à deputada municipal Rosa Melo, para a apresentação do voto de protesto pelo fim do transporte marítimo de passageiros. Após a referida apresentação foi aberto um período para esclarecimentos, no qual se inscreveram os/as deputados/as Armando Soares, Rosa Melo e Jorge Costa. ----------

--- Dada a palavra ao deputado Armando Soares este reconheceu que a matéria apresentada do transporte de passageiros e de viaturas é complicada e prejudicial para os marienses, mas aludiu que discorda da argumentação de que Santa Maria está a ser prejudicada relativamente à carga rodada, pois esta modalidade de carga nunca esteve legalmente regulamentada e como tal não faz qualquer sentido reivindicar algo que não estava sequer autorizado, pois o governo regional anterior nunca aprovou tal situação. Também referiu que o horário da "linha amarela" não correspondia às expectativas dos marienses. ----------

--- De seguida foi dada a palavra à deputada Rosa Melo que admitiu que a modalidade de transporte que existia não era considerada transporte misto e observou que deveria ser dada ao texto uma redação mais clara e assertiva de modo a exigir do governo a concretização do que se pretende, de modo a satisfazer os marienses. ----------

--- Dada a palavra ao deputado municipal Jorge Costa este sublinhou a pertinência do voto apresentado pois urge resolver o assunto em questão e subscreve o mesmo se forem introduzidas as correções sugeridas pelo deputado Armando Soares. Disse ainda que os marienses devem estar juntos e unidos na defesa desse desiderato, contudo alertou que o que se pretende com a reposição do transporte marítimo de passageiros não pode colocar em causa a iniciativa privada e, qualquer decisão que se venha a tomar relativamente à restruturação do transporte marítimo de mercadorias interilhas teve ter em conta o que existe no mercado, pois a Atlânticoline não pode fazer concorrência a empresas privadas. ----------

--- Pediu para intervir o deputado municipal José de Melo que, após tomar a palavra, referiu que compete ao governo arranjar uma solução para a situação, pois este pode

protocolar com os privados parcerias público privadas ou disponibilizar incentivos que permita aos privados melhorar a prestação dos seus serviços, dando como exemplo a modalidade existente entre as "ilhas do triângulo". Disse ainda que se deve pugnar pela manutenção do que existia apesar da sua sazonalidade até se encontrar uma solução que possa operar durante todo o ano. ----------

--- Pediu novamente para intervir o deputado municipal Armando Soares para corroborar a intervenção do deputado municipal Jorge Costa e reforçar que concorda que se deve pugnar pela reposição do transporte marítimo de passageiros e viaturas entre Santa Maria e S. Miguel, independentemente dos custos da operação, mas discorda da argumentação da carga rodada no documento apresentado, pois tal nunca foi decretado.

--- O deputado municipal Jorge Costa solicitou novamente uma intervenção para clarificar que não se pode comparar a nossa situação com a modalidade de transporte existente nas "ilhas do triângulo", pois aí os barcos que fazem o transporte marítimo de passageiros não estão a fazer concorrência aos privados, que há décadas prestam serviços naquela zona, e esclareceu ainda que a posição do responsável pela Câmara do Comércio e Indústria de Ponta Delgada foi no sentido de que era insustentável para o erário público o custo do fretamento dos navios que operavam na região. Por fim defendeu que não se justifica um investimento dessa envergadura para garantir o transporte de passageiros durante todo o ano, mas sim um transporte misto, e que se deve envolver os privados na solução. ----------

--- O deputado José de Melo solicitou novamente uma intervenção e, após tomar a palavra, mencionou que a retoma dos transportes de passageiros é indissociável do transporte de produtos por isso defende também um transporte misto de passageiros e de carga, que seja legalizado e assumido pelo governo regional, retomando-se o que existia e pugnar pela sua melhoria. Disse ainda que o grupo municipal do Partido Socialista repudia veementemente, de forma frontal e contundente o encerramento da "linha amarela", mas aceitam a revisão do voto apresentado se tal significar chegar a um consenso na assunção de uma posição conjunta da assembleia municipal. ----------

--- Pediram novamente para intervir os deputados Jorge Costa e Armando Soares. Tomando a palavra o deputado Jorge Costa referiu que se revê nas palavras da deputada

Rosa Melo e como tal irá aprovar o documento se forem introduzidas as alterações sugeridas e o deputado Armando Soares sublinhou a intervenção da deputada Rosa Melo e discorda da redação do documento apresentado. ----------

--- Na sequência do debate o presidente da mesa sugeriu um intervalo para proporcionar a redação conjunta do documento, por forma a possibilitar o consenso entre os grupos municipais, pois esta é uma matéria muito importante para Santa Maria. ----------

--- Na retoma dos trabalhos foi dada a palavra ao deputado José de Melo que, em nome do grupo municipal, afirmou não ver qualquer inconveniente em retirar do texto a expressão "carga rodada" para se tomar uma posição unânime e Santa Maria "falar" a uma só voz, no que diz respeito ao transporte marítimo de passageiros. No seguimento desta intervenção foi dada a palavra ao deputado municipal Eduardo Cambraia que aludiu que o grupo municipal do PSD concorda com o teor do documento, nomeadamente o protesto ao fim do transporte marítimo de passageiros e viaturas e com a retoma, no futuro, de uma modalidade transporte marítimo que satisfaça os interesse dos marienses no que concerne ao transporte de passageiros, viaturas e carga, quando for legalizado esse cenário, no entanto, e na concordância da retirada do texto da expressão "carga rodada", pois não vale a pena estar a alegar algo, quando se sabe que não existe suporte legal para o efeito, apresentou as seguintes alterações feitas ao documento: ----------

- No segundo parágrafo do documento foi acrescentado viaturas em vez de "carga rodada" e retirou-se a expressão "trocas comerciais e escoamento de produtos"; ----------
- No final do referido parágrafo foi substituído "carga rodada por viaturas; ----------
- No terceiro parágrafo foi substituído "carga rodada" por viaturas; ----------
- No quarto parágrafo foi retirado a expressão "mercadorias". ----------

--- Foi novamente dada a palavra ao deputado José de Melo que alegou que, tendo em conta aquilo que se objetiva, o grupo municipal do Partido Socialista concorda com as alterações introduzidas no voto apresentado. Considerando que não se registaram mais intervenções, o voto, com as alterações supramencionadas, foi sujeito à votação, sendo o mesmo aprovado por unanimidade. ----------

---- Passando-se ao momento de tratamento de assuntos de interesse autárquico, inscreveram-se para intervir os/as deputados/as Armando Soares, José de Melo, Carlos Rodrigues, Rosa Melo e Jorge Costa Eduardo Cambraia. ----------

--- Dada a palavra ao deputado Armando Soares esse questionou qual a posição da câmara municipal de Vila do Porto e em que situação é que se encontra o processo relativo à proposta da auditoria externa económico-financeira e administrativa às contas do município apresentada pelo grupo municipal do Partido Socialista, na quarta sessão ordinária da assembleia municipal do ano transato; quando é que o irá decorrer o concurso para a exploração do restaurante Paquete pois tem conhecimento que existem interessados em concorrer que já se inscreveram na plataforma para serem oponentes ao referido concurso. Alertou ainda os detritos e inertes deixados no caminho velho do cais aquando da construção de um maciço para a colocação de uma antena de rede móvel, concluída há cerca de um mês sem a cuidada reposição do caminho e para as péssimas condições do piso da rua da Alfândega, que oferece perigo aos transeuntes e qualquer dia poderá acontecer um acidente grave. ----------

--- Dada a palavra à senhora presidente da autarquia, esta esclareceu que houve dúvidas se a auditoria solicitada era económico-financeira ou económico-financeira e administrativa, pois tal difere nos cadernos de encargos e que neste momento estão a ultimar os procedimentos administrativos para a prestação de serviços; que o concurso para a exploração do Paquete irá decorrer em setembro do corrente ano, pois como existia uma prestação de serviços que terminava em março e os procedimentos concursais provocariam a adjudicação em julho, o que não seria vantajoso para os interessados, por isso optou-se por fazer um convite ao empresário para continuar até setembro, para de futuro o referido concurso decorrer na época baixa e permitir aos empresários organizarem a sua logística de modo a prestar um bom serviço; que existiu autorização para a montagem de uma antena junto ao caminho velho do cais e irá averiguar por que razão a empresa que realizou a obra não deixou o espaço em condições e que quanto à rua da Alfândega será solicitado ao LREC para avaliar a situação pois esta indicia a existência de um deslizamento de terras a montante. Recordou ainda que existe

um projeto para a recuperação do caminho velho do cais, mas que a DRAC está a colocar exigências que oneram os trabalhos e poderá dificultar o acesso aos fundos comunitários. --- Tomando novamente a palavra o deputado Armando Soares concordou com a opção da autarquia relativamente ao concurso para a exploração do Paquete, mas alerta que a mesma deveria esclarecer melhor os interessados em concorrer, pois o seu registo na plataforma se for feito com muita antecedência implica custos desnecessários. ----------

---Dada a palavra ao deputado José de Melo este começou por dar os parabéns à junta de freguesia de Almagreira pelo empenho desenvolvido para ser uma ECO freguesia, bem como às freguesias que conseguiram os galardões de excelência desse projeto e deixa o repto a todas as freguesias para aderirem às candidaturas; reconheceu a formação promovida pela autarquia sobre o controlo de perdas e deteção de fugas no abastecimento de águas, pois existem perdas muito significativas ao longo da rede; reconheceu a formação das boas práticas ambientais em contexto de trabalho, sugerindo que deveria de haver formação para os roçadores dos taludes das estradas e caminhos e roçadores dos trilhos; questionou que assuntos foram tratados e que diligências foram tomadas na reunião com os taxistas; solicitou esclarecimentos sobre as obras do CMAC de Vila do Porto, a organização das jornadas do ambiente e o início da época balnear, pois teve conhecimento de um comunicado a contestar o atraso desse início. Deu ainda os parabéns pela zonas balneares galardoadas com o galardão de ouro e por Vila do Porto ser um concelho líder a nível nacional com Zero Lixo; pela abertura do Atlântida Cine, apesar de se aguardar ainda a colocação dos restantes equipamentos para ser possível a concretização de espetáculos musicais e de teatro; pela nova agenda cultural e pela realização do império no dia de Pentecostes na freguesia de Almagreira, desafiando a junta de freguesia de Santo Espírito para a organização anual dessas festas de modo a poderem ser mais um cartaz turístico na nossa ilha. Por fim perguntou que contatos é que foram feitos relativo ao Space Port, com o novo responsável pela EMA Espaço, que ações é que estão previstas decorrer no âmbito da Comissão de Toponímia e da Comissão de Trânsito e qual será o seguimento dado ao convite formalizado à autarquia para esta integrar a Associação Nacional dos Municípios do Vinho. ----------

--- Dada a palavra a presidente da autarquia esta começou por referir que existe um

problema grave ao nível da rede da distribuição de águas e por isso a câmara está a desenvolver um conjunto de procedimentos para minimizar as perdas de água na rede, nos quais se integra a realização de um estudo ao nível das pressões nas redes e a referida formação, que foi muito importante para habilitar os funcionários na deteção e imediata reparação das situações. Informou ainda que a formação das boas práticas ambientais em contexto de trabalho visou habilitar os funcionários com novas competências ao nível ambiental, particularmente na recolha dos resíduos; que a reunião com os taxistas decorreu na sequência das reuniões agendadas com os vários setores da atividade económica da ilha, para aferir os problemas, fragilidades e constrangimentos e resultou na aplicação de uma série de medidas que permitirão a melhoria dos respetivos serviços; que a reunião com os empresários da restauração teve por objetivo sensibilizar para a abertura dos restaurantes aos domingos e os cuidado a ter com os resíduos; que no CAMAC foram realizadas pequenas obras para facilitar as lavagens e encaminhamento de águas; que as jornadas do Ambiente decorreram no âmbito da Bandeira Azul em parceria com o Serviço de Ambiente da ilha; que o entendimento deste executivo é que as zonas balneares geridas pela câmara devem estar todo o ano em bom estado de conservação, limpas e aprazíveis e nesse sentido a partir do mês de maio já estavam concretizadas pequenas obras para o efeito; que foi realizado um curso de nadadores-salvadores, uma das exigências de se poder concorrer ao galardão da Bandeira Azul, e a partir do dia um de junho os balneários já estavam abertos com funcionários de limpeza; que a associação Zero fiscaliza todas as praias do país e identifica as que são consideradas isentas de poluição, sendo em Santa Maria identificadas três zonas balneares com essas condições e apelou para se analisar porque razão os Anjos não corresponderam os requisitos; que esteve em Santa Maria o novo titular do dossier Space Port, que é o subsecretário da presidência do governo regional e que ainda nesta matéria a autarquia desenvolveu uma sessão de esclarecimentos sobre os contributos enviado para o governo para o desenvolvimento do processo; que a Cultura em Movimento é um projeto cultural dinamizado pela autarquia, que envolve todas as associações e entidades culturais e implica a divulgação de todos os eventos e festividades que se irão realizar na ilha no mês seguinte, bem como os horários de abertura e encerramento dos

restaurantes; que já existia um compromisso do executivo anterior no apoio à organização do império de Pentecostes; que em parceria com a Associação URBE pretende-se concluir o programa de mobilidade do concelho e que a autarquia recebeu o convite para integrar a Associação Nacional dos Municípios do Vinho mas ainda não foi feita a inscrição pois tal irá depender da intenção dos parceiros do projeto de recuperação das vinhas que está a decorrer em Santa Maria.

--- Dada a palavra ao deputado Carlos Rodrigues este alertou para o cumprimento do que está previsto no regimento relativamente ao tempo das intervenções dos deputados municipais, solicitou o envio para o seu mail pessoal da proposta da auditoria anteriormente referenciada, colocou as questões sobre o andamento da obra da casa velório, particularmente os acabamentos dos espaços exteriores; quais as razões que levaram o atual executivo a retirar o Quiosque que estava no Jardim Municipal e, tendo em consideração que o anterior executivo desenvolveu diversas medidas no sentido da não utilização de plásticos descartáveis, qual a justificação para a colocação de plásticos na decoração na festa de S. João. ----------

--- Tomando a palavra, a presidente da autarquia esclareceu que as obras da casa velório estão em fase de conclusão e os arruamentos serão construídos com o mesmo material que será colocado nos arruamentos da ampliação do cemitério, prevendo-se a conclusão de ambas as obras ao mesmo tempo; que o Quiosque está em recuperação e será colocado no jardim; que na festa de S. João as barracas estavam a usar materiais reutilizáveis e que entende que o plástico de utilização única e descartável é que é prejudicial, mas os materiais utilizados na decoração não serão descartados, mas sim devidamente acondicionados para utilização futura e que tem consciência do que é ambientalmente aceite. ----------

--- De seguida foi dada a palavra à deputada Rosa Melo que começou por congratular a autarquia pela organização da festa de S. João, realçando a decoração do jardim municipal, com o envolvimento dos funcionários e colaboradores, do grupo sénior, das escolas, dos escuteiros e da Santa Casa da Misericórdia, bem como a integração das Jornadas Agrícolas Marienses no programa da festa. ----------

--- Foi dada a palavra ao deputado Armando Soares que na sua intervenção referiu que, apesar da praça do município estar bem decorada na festa de S. João, defende que as bandeirinhas deveriam ser de pano em vez de plástico e que o conceito da festa de S. João não é ser uma festa concentrada num espaço mas sim uma festa de rua, por isso deve-se incentivar as pessoas a organizarem festas nas suas ruas, com outra dinâmica e outra dimensão, e só num dos dias, a festa decorrer na praça do município, mas com a animação de um bom grupo de música popular. Na sequência da intervenção a presidente da autarquia referiu que concorda com o conceito de descentralização de festa e a autarquia está aberta e disponível para ajudar na organização de festas em outros locais. ----------

--- Dada de seguida a palavra ao deputado Jorge Costa este começou por informar que a sua intervenção iria incidir sobre o acompanhamento da execução orçamental e, nesse sentido, solicitou esclarecimentos sobre o ponto de situação relativamente aquisição de um prédio rústico, aquisição de um prédio urbano, moinho da Carreira e espaço exterior da casa das Covas, ao qual a presidente da autarquia esclareceu que a previsão da aquisição dos referidos terrenos decorre da estratégia local da habitação, que está em fase do levantamento dos beneficiários diretos, por isso ainda não existe um terreno específico para adquirir; que o valor previsto para o moinho da Carreira é para os arranjos exteriores e que a conclusão dos trabalhos dos exteriores da casa das Covas será feito por administração direta e como tal depende da disponibilidade de mão de obra da autarquia. ----------

--- Tomou a palavra o deputado municipal Eduarda Cambraia que solicitou esclarecimentos sobre o ponto de situação da estratégia local da habitação, dado que na sessão de fevereiro foi referido que o levantamento estava concluído, com a colaboração das juntas de freguesia e que o procedimento de aquisição estava em andamento. Disse ainda que congratula a câmara sobre os meios de divulgação dos eventos da ilha, mas gostaria de ser esclarecido sobre o tipo de parceria existente com o Clube Asas do Atlântico para o efeito, se é na base da contratação de serviços ou se é uma colaboração gratuita do clube. Dada a palavra à senhora presidente da autarquia esta referiu que o ponto de situação da estratégia de habitação já foi esclarecido anteriormente mas aditou

que estão a fazer uma triagem sobre os beneficiários pois muitos dos que foram identificados já beneficiaram de apoios à habitação e como tal não são elegíveis neste programa e, com houve alteração nos preços de aquisição imobiliária, constata-se haver dificuldades de encontrar habitações que correspondam aos critérios estabelecidos e quanto à parceria com o Clube Asas do Atlântico esta resulta num apoio recíproco entre as duas entidades, sem encargos financeiros. ----------

--- Pediu para intervir o deputado Carlos Rodrigues para clarificar que segundo a afirmação que recebeu, o grupo municipal do Partido Socialista solicitou a realização de uma auditoria externa económico-financeira e administrativa ao município de Vila do Porto, com o intuito de apurar a situação das contas desde dois mil e nove a dois mil e vinte e um. ----------

-- Terminado o período antes da ordem do dia passou-se de imediato para o período da ordem do dia, cujos assuntos em edital foram lidos pelo secretário da mesa, José Chaves, bem como o parecer da comissão da análise prévia, que junto se anexa a esta ata. Após a referida leitura o deputado Armando Soares pediu para intervir para repudiar o envio tardio de documentos a serem alvo de análise na referida reunião e por isso solicita celeridade no envio dos mesmos, recomendação essa que ficou devidamente registada. --

--- No ponto um da ordem de trabalhos, informação escrita da presidente da câmara municipal acerca da atividade municipal, situação financeira e informação dos compromissos plurianuais assumidos ao abrigo da autorização prévia genérica aprovada pela assembleia municipal na quarta sessão ordinária de 28/12/2021, no âmbito da Lei dos Compromissos, foi dada a palavra a senhora presidente para algum esclarecimento adicional, para além da informação que já foi dada a conhecer, ao que esta referiu que que não tinha nada a acrescentar. ----------

--- Foi de imediato aberto um período para pedido de esclarecimentos, no qual se inscreveu o deputado Eduardo Cambraia que ao tomar a palavra solicitou um esclarecimento sobre a candidatura a fundos comunitários da construção de um parque infantil em Vila do Porto, nomeadamente no lugar dos Anjos, se é para acrescentar algo ao que lá existe ou se é a substituição do que lá existe, ao que a presidente da autarquia respondeu que se efetivou uma candidatura ao PRORURAL, que ainda está em fase de

análise, com o objetivo de substituir os equipamentos do parque infantil que existem no lugar dos Anjos, com a respetiva remodelação do espaço e reposição do chão. ----------

--- No ponto dois da ordem de trabalhos, Comissão do Ambiente e do Bem-estar Animal, foi deliberado por unanimidade retirar o assunto da ordem de trabalhos e incluí-lo na ordem de trabalhos da próxima sessão da assembleia. ----------

--- No ponto três da ordem de trabalhos, Comissão da Economia, Transportes e Turismo, foi deliberado por unanimidade retirar o assunto da ordem de trabalhos e incluí-lo na ordem de trabalhos da próxima sessão da assembleia. ----------

---- Passou-se de imediato ao ponto seguinte da ordem de trabalhos, aprovação da proposta para a nomeação do auditor externo do Município de Vila do Porto, onde foi dada a palavra a senhora presidente da autarquia para prestar esclarecimentos adicionais à documentação enviada, ao que esta referiu que a autarquia propõe a manutenção do mesmo auditor, com a adjudicação da respetiva prestação de serviços por dois anos. O presidente da assembleia, abriu o período para esclarecimentos, mas como não se verificaram inscrições, foi colocada a proposta à votação, sendo a mesma aprovada por unanimidade. ----------

--- No último ponto da ordem de trabalhos, aprovação do Código de Conduta do Município de Vila do Porto, foi dada a palavra à presidente da autarquia para esclarecimentos adicionais, para além da informação já disponibilizada sobre o assunto em apreço, ao que esta informou que tal é uma exigência legal e a proposta apresentada foi aprovada por unanimidade em reunião de câmara e sujeita a pareceres dos sindicatos que sugeriram algumas alterações, que foram acatadas e introduzidas no documento. O presidente da assembleia, abriu o período para esclarecimentos, mas como não se verificaram inscrições, foi colocada a proposta à votação, sendo a mesma aprovada por unanimidade. ----------

--- Antes de dar por encerrada a sessão o presidente da assembleia agradeceu à direção da Casa do Povo de Almagreira pela cedência da sala para a realização da sessão e aos funcionários/as da autarquia pela disponibilidade e empenho na organização logística da sala. ----------

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA DO PORTO

--- **APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA:** De acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a assembleia municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a ata em minuta a fim de produzir efeitos imediatos. ----------

--- Eram treze horas quando o presidente da mesa deu por encerrada a sessão. ----------

--- Nada mais havendo a tratar, lavrou-se a presente ata que eu, José Manuel Torres Medeiros de Chaves, primeiro secretário da mesa a redigi, após ter sido a mesma discutida pelos intervenientes foi aprovada por unanimidade e vai ser assinada por mim e pelos membros da mesa de assembleia. ----------